

VALOR R\$ 55.123,20 (CINQUENTA E CINCO MIL CENTO E VINTE E TRES REAIS E VINTE CENTAVOS)  
OBJETO: MATERIAL FARMACOLOGICO.

AMPARO LEGAL: ART. 15 DA LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES PROCESSO N.º 27/100702/2016 NE: 001116 DATA: 08/06/2016 FAVORECIDO: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA.  
F.P.: 202720110302200221510002 N.D.: 339030 FONTE: 0100000000  
VALOR R\$ 3.507,00 (TRES MIL QUINHENTOS E SETE REAIS)  
OBJETO: MATERIAL FARMACOLOGICO.

AMPARO LEGAL: ART. 15 DA LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES PROCESSO N.º 27/100702/2016 NE: 001117 DATA: 08/06/2016 FAVORECIDO: CIRURGICA MS LTDA.  
F.P.: 202720110302200221510002 N.D.: 339030 FONTE: 0100000000  
VALOR R\$ 5.310,00 (CINCO MIL TREZENTOS E DEZ REAIS)  
OBJETO: MATERIAL FARMACOLOGICO.

AMPARO LEGAL: ART. 15 DA LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES PROCESSO N.º 27/100702/2016 NE: 001118 DATA: 08/06/2016 FAVORECIDO: COSTA CAMARGO COMERCIO DE PROD. HOSP. LTDA.  
F.P.: 202720110302200221510002 N.D.: 339030 FONTE: 0100000000  
VALOR R\$ 98.000,00 (NOVENTA E OITO MIL REAIS)  
OBJETO: MATERIAL FARMACOLOGICO.

AMPARO LEGAL: ART. 15 DA LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES PROCESSO N.º 27/100705/2016 NE: 001119 DATA: 08/06/2016 FAVORECIDO: BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  
F.P.: 202720110302200221510002 N.D.: 339030 FONTE: 0240000000  
VALOR R\$ 794,40 (SETECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS)  
OBJETO: MATERIAL FARMACOLOGICO.

AMPARO LEGAL: ART. 15 DA LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES PROCESSO N.º 27/100705/2016 NE: 001120 DATA: 08/06/2016 FAVORECIDO: CRISTAL PHARMA LTDA.  
F.P.: 202720110302200221510002 N.D.: 339030 FONTE: 0240000000  
VALOR R\$ 1.235,00 (UM MIL DUZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS)  
OBJETO: MATERIAL FARMACOLOGICO.

AMPARO LEGAL: ART. 15 DA LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES PROCESSO N.º 27/100701/2016 NE: 001121 DATA: 08/06/2016 FAVORECIDO: FARMACE - IND QUIM. FARMACEUTICA CEARENSE LTDA.  
F.P.: 202720110302200221510002 N.D.: 339030 FONTE: 0240000000  
VALOR R\$ 6.230,00 (SEIS MIL DUZENTOS E TRINTA REAIS)  
OBJETO: MATERIAL FARMACOLOGICO.

AMPARO LEGAL: ART. 15 DA LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES PROCESSO N.º 27/100701/2016 NE: 001122 DATA: 08/06/2016 FAVORECIDO: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.  
F.P.: 202720110302200221510002 N.D.: 339030 FONTE: 0240000000  
VALOR R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS)  
OBJETO: MATERIAL FARMACOLOGICO.

AMPARO LEGAL: ART. 15 DA LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES PROCESSO N.º 27/100701/2016 NE: 001123 DATA: 08/06/2016 FAVORECIDO: CIRURGICA MS LTDA.  
F.P.: 202720110302200221510002 N.D.: 339030 FONTE: 0240000000  
VALOR R\$ 7.350,00 (SETE MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)  
OBJETO: MATERIAL FARMACOLOGICO.

#### ALDENIR BARBOSA DO NASCIMENTO ORDENADOR DE DESPESAS

### INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

#### PORTARIA IMASUL/MS N. 480/2016, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

*Suspende por prazo indeterminado a  
**AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA  
SUPRESSÃO VEGETAL N. 192/2016,**  
concedida a **CARLA CONTI**, em 03/03/2016,  
referente ao processo n. 61/403738/2015.*

O Diretor-Presidente do Instituto de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, no uso de suas atribuições e,  
Considerando o disposto no art. 19 da Resolução CONAMA n. 237/97 e seu correspondente no art. 11 da Lei Estadual n. 2.257/01;

Considerando os termos do inciso IV do art. 9º da Lei Federal n. 6.938/81 que prevê como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

Considerando o Princípio da Autotutela Administrativa pelo qual a Administração Pública pode, a qualquer tempo, rever ou anular seus atos quando eivados de vício, por critérios de legalidade, conveniência e oportunidade Administrativa;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Suspender com base no art. 11 da Lei Estadual 2.257/2001, por prazo indeterminado, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPRESSÃO VEGETAL N. 192/2016**, concedida a **CARLA CONTI**, em 03/03/2016, referente ao processo n. 61/403738/2016.

**Art. 2º** Determinar a imediata paralisação das atividades referentes à supressão vegetal no imóvel rural denominado **Fazenda Flor da Bodoquena**, zona rural do município de Bodoquena/MS, sob pena de não o fazendo, recair em infração ambiental.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 27 de junho de 2016.

**JAIME ELIAS VERRUCK**  
Diretor-Presidente

#### PORTARIA IMASUL/MS N. 481/2016, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

*Suspende por prazo indeterminado a  
**AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA  
APROVEITAMENTO DE MATERIAL  
LENHOSO N. 335/2015,** concedida a  
**CARLA CONTI**, em 02/06/2015, referente ao  
processo n. 61/400587/2015.*

O Diretor-Presidente do Instituto de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, no uso de suas atribuições e,  
Considerando o disposto no art. 19 da Resolução CONAMA n. 237/97 e seu correspondente no art. 11 da Lei Estadual n. 2.257/01;

Considerando os termos do inciso IV do art. 9º da Lei Federal n. 6.938/81 que prevê como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

Considerando o Princípio da Autotutela Administrativa pelo qual a Administração Pública pode, a qualquer tempo, rever ou anular seus atos quando eivados de vício, por critérios de legalidade, conveniência e oportunidade Administrativa;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Suspender com base no art. 11 da Lei Estadual 2.257/2001, por prazo indeterminado, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA APROVEITAMENTO DE MATERIAL LENHOSO N. 335/2015**, concedida a **CARLA CONTI**, em 02/06/2015, referente ao processo n. 61/400587/2015.

**Art. 2º** Determinar a imediata paralisação das atividades referentes ao aproveitamento de material lenhoso no imóvel rural denominado **Fazenda Flor da Bodoquena**, zona rural do município de Bodoquena/MS, sob pena de não o fazendo, recair em infração ambiental.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 27 de junho de 2016.

**JAIME ELIAS VERRUCK**  
Diretor-Presidente

#### PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0000051, DE 19 DE MAIO DE 2016.

O Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições e,  
Considerando o disposto no § 1º do art. 3º do Decreto n. 13.990, de 02 de julho de 2014 que regulamenta a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul;  
Considerando a Resolução SEMADE n. 21, de 27 de novembro de 2015 que estabelece normas e procedimentos para a Outorga de Uso de Recursos Hídricos, e dá outras providências.  
Considerando o deferimento com bases nos elementos do processo nº. 0000116/2016.

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Aprovar os atos relacionados com as Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul, devidamente registrados no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CEURH, discriminados abaixo:

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes da DURH001620
Requerente	03.982.931/0001-20 - EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Subterrânea
Finalidade de Uso	Abastecimento Público
Município	DOURADOS
Unidade de Planejamento e Gerenciamento	IVINHEMA
Sistema Aquífero	SISTEMA AQUIFERO SERRA GERAL
Coordenadas do Ponto de Interferência	Latitude: -22° 8' 30.89" - Longitude: -54° 29' 14.00" - Projeção: SIRGAS 2000
Volume Anual Captado	169.031,00 m³

**Art. 2º** O Outorgado constante nesta portaria deverá cumprir as seguintes condicionantes:

§ 1 Condicionantes Gerais:

1. A Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente: I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

2. O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

3. Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos aquelas elencadas no Art. 24 do Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.

4. A Outorga não implica alienação total ou parcial das águas, mas o simples direito de uso.

5. A Outorga não exime o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências de outros órgãos e entidades competentes.

6. O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual 2.406 de 29 de Janeiro de 2002.

7. A Outorga de direito de uso poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias: I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga; II - ausência de uso por três anos consecutivos; III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas; IV - necessidade de prevenir ou de reverter grave degradação ambiental; V - necessidade de atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas; VI - indeferimento ou cassação de licença ambiental; VII - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos.

8. O Outorgado deverá manter no local do empreendimento, a outorga de direito de uso de recursos hídricos.

9. A renovação da Outorga deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data limite de sua vigência.

10. Encaminhar até março do ano subsequente, o relatório anual de monitoramento, conforme modelo da RESOLUÇÃO SEMADE Nº 21/2015

11. O Outorgado se sujeita à fiscalização do IMASUL, por intermédio de seus fiscais ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

12. Em zona urbana onde houver rede de distribuição de água o outorgado deverá conectar à rede pública de abastecimento de água em atendimento ao disposto no artigo 45 da Lei Nacional de Saneamento básico - Lei nº 11.445/2007.

13. Realizar o monitoramento técnico anual do sistema para acompanhar e avaliar o comportamento do poço e do conjunto de bombeamento, relativo à eficiência e qualidade da água e proteção do aquífero.

14. O outorgado deverá efetuar a manutenção e a operação do poço com critérios de segurança e segundo normas técnicas específicas, mantendo em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas.

15. Apresentar anualmente ao IMASUL boletim de análise físico-química e bacteriológica da água acompanhada do laudo com as interpretações dos resultados, de acordo com os padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria 2.914/2011 do Ministério da Saúde, bem como a resolução CONAMA 396/2008, firmada por laboratório idôneo acreditado pelo INMETRO, contendo no mínimo os seguintes parâmetros: Temperatura da água, pH, Sólidos totais dissolvidos, Turbidez, Cor, Dureza Total, Alcalinidade Total, Nitrato(NO3), Nitrito, Fluoreto, Sulfato, Cloro Residual Livre, Cloraminas, Dióxido de Cloro, Sódio, Cloreto, Ferro Total, Condutividade elétrica, Coliformes Termotolerante, Coliformes Totais e E.Coli.

16. Manter registro mensal do volume explotado e dos níveis estático e dinâmico, e apresentar anualmente ao Imasul as planilhas das medições.

17. A água deste poço só poderá ser utilizada para consumo humano se estiver de acordo com os parâmetros de potabilidade exigidos na portaria 2.914 do Ministério da Saúde.

**Art. 3º** As características técnicas dos usos de recursos hídricos do empreendimento constante desta Resolução estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.imasul.ms.gov.br>.

**Art. 4º** O requerente constante nesta portaria deverá cumprir, naquilo que lhe couber, os dispositivos no Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.

**Art. 5º** Esta portaria tem efeito legal até 19 de Maio de 2019.

**Art. 6º** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JAIME ELIAS VERRUCK  
Diretor-Presidente

#### PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 000052, DE 20 de Maio de 2016.

O Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições e, Considerando o disposto no § 1º do art. 3º do Decreto n. 13.990, de 02 de julho de 2014 que regulamenta a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul; Considerando a Resolução SEMADE n. 21, de 27 de novembro de 2015 que estabelece normas e procedimentos para a Outorga de Uso de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Considerando o deferimento com bases nos elementos do processo nº. 0000213/2016.

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Aprovar os atos relacionados com as Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul, devidamente registrados no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos - CEURH, discriminados abaixo:

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes da DURH006573
Requerente	02.957.104/0012-77 - CORRECTA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Tipo de Ponto de Interferência	Lançamento, Transporte e Disposição Final de Efluentes
Finalidade de Uso	Indústria
Município	PONTA PORA
Unidade de Planejamento e Gerenciamento	IVINHEMA
Coordenadas do Ponto de Interferência	Latitude: -22º 28' 36" - Longitude: -55º 44' 1" - Projecção:SAD69

Vazão Lançada	3,50 m³/h
---------------	-----------

**Art. 2º** O Outorgado constante nesta portaria deverá cumprir as seguintes condicionantes:

#### § 1 Condicionantes Gerais:

1. A Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente: I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

2. O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

3. Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos aquelas elencadas no Art. 24 do Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.

4.A Outorga não implica alienação total ou parcial das águas, mas o simples direito de uso.

5.A Outorga não exime o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências de outros órgãos e entidades competentes.

6.O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual 2.406 de 29 de Janeiro de 2002.

7. A Outorga de direito de uso poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias: I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga; II - ausência de uso por três anos consecutivos; III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas; IV - necessidade de prevenir ou de reverter grave degradação ambiental; V - necessidade de atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas; VI - indeferimento ou cassação de licença ambiental; VII - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos.

8.O Outorgado deverá manter no local do empreendimento, a outorga de direito de uso de recursos hídricos.

9.A renovação da Outorga deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data limite de sua vigência.

10.Encaminhar até março do ano subsequente, o relatório anual de monitoramento, conforme modelo da RESOLUÇÃO SEMADE Nº 21/2015

11.O Outorgado se sujeita à fiscalização do IMASUL, por intermédio de seus fiscais ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

12.Conforme CECA 036 de 2012, os efluentes líquidos somente poderão ser lançados em corpo receptor após tratamento e desde que respeitem a condição de regime de lançamento com vazão máxima de até 1,5 vezes a vazão média do período de atividade diária do agente poluidor (vazão de lançamento outorgada).

#### § 2 Condicionantes Específicas:

1. A vazão média de lançamento de efluentes tratados de 0,97 L/s, durante 24 h/dia, 30 dias/mês, 12 meses/ano, com um DBO 5,20 com concentração máxima de 30,0 mg/L.

2.Conforme CECA 036 de 2012, os efluentes líquidos somente poderão ser lançados em corpo receptor após tratamento e desde que respeitem a condição de regime de lançamento com vazão máxima de até 1,5 vezes a vazão média do período de atividade diária do agente poluidor (vazão de lançamento outorgada).

**Art. 3º** As características técnicas dos usos de recursos hídricos do empreendimento constante desta Resolução estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.imasul.ms.gov.br>.

**Art. 4º** O requerente constante nesta portaria deverá cumprir, naquilo que lhe couber, os dispositivos no Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.

**Art. 5º** Esta portaria tem efeito legal até 20 de Maio de 2026.

**Art. 6º** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JAIME ELIAS VERRUCK  
Diretor-Presidente

#### FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

**CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR Nº 071-DEC/2016**  
**PARTES:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - FUEMS e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAARAPÓ - Caarapó - MS.  
**OBJETO:** Estágio Curricular Supervisionado dos alunos matriculados nos cursos ofertados pela UEMS e condições básicas para sua realização.  
**DATA DE ASSINATURA:** 29 de junho de 2016.  
**DATA DE VIGÊNCIA:** 28 de junho de 2021 - sem ônus  
**REPRESENTANTES LEGAIS:** Prof. Dr. João Mianutti (Pró-Reitor de Ensino da UEMS) e o Sr. Mario Valerio (Representante Legal da Organização Concedente).

#### JUNTA COMERCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**Ata Número: 4741**  
**Despachos de 21 de junho de 2016**

**DOCUMENTOS DEFERIDOS: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA: CONSTITUICAO/CONTRATO: 16/03310-5 Batista & Alle Ltda, 16/033845-0 Rv Eletro Ltda, 16/083826-6 Cervejaria Canalhas Ltda, 16/084426-6 Sfumato Cafeteria Ltda, 16/085420-2 Sopn Construtora Ltda, 16/086455-0 Ajala & Noriega Ltda, 16/086472-0 Personal Consult Treinamento Empresarial Ltda, ALTERACAO: 16/007912-8 Ishi & Garcia Ltda - Epp, 16/007926-8 Unidos Construtora, Reformas E Restauração Ltda. - Me, 16/009856-4 Cerbrás Pré Escolar Ltda Epp, 16/011264-8 Agropecuaria Andrade & Beppler Limitada - Me, 16/011287-7 Castro Construções & Transporte Ltda Epp, 16/033082-3 Sheess Moda Adulto E Infantil Ltda Me, 16/033111-0 Lima & Barros Ltda - Me, 16/033129-3 Wsc Comércio De Equipamentos Industriais Ltda - Epp, 16/033336-9 Caiuas Idomias Ltda - Me, 16/033983-9 V & R Manutencao Industrial Ltda, 16/034034-9 Brooks Engenharia E Serviços Ltda, 16/081648-3 Transnvi Transporte Rodoviario De Cargas Ltda - Epp, 16/081744-7 Campo Verde Materiais Para Construção Ltda - Epp, 16/083000-1 Serenza & Carvalho Ltda, 16/083007-9 Marcos Auto Rodas Ltda - Me, 16/083374-4 Geobio-**